

O Polybat como atividade inclusiva nas aulas de Educação Física

Faculdade de Pato Branco - FADEP.
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.
(Brasil)

Mestranda Aline Miranda
Strapasson
Dr. Edison Duarte
alinestrapasson@fadedp.br

Resumo

O presente estudo teve como objetivo focar a temática da educação inclusiva sob a perspectiva da Educação Física, através da pesquisa bibliográfica. Abordamos os temas Educação Física inclusiva e Polybat, que é uma modalidade esportiva adaptada para permitir a plena participação de pessoas com deficiência física nas aulas de Educação Física, evitando, portanto a exclusão.

Unitermos: Inclusão. Educação Física. Pessoas com deficiência. Polybat.

<http://www.efdeportes.com/> Revista Digital - Buenos Aires - Año 10 - N° 87 - Agosto de 2005

1 / 1

Educação Física e inclusão



A atenção do profissional de Educação Física pelo trabalho com portadores de deficiência é relativamente nova, assim como há pouco tempo que a sociedade começou a considerar a questão.

Os parâmetros curriculares nacionais advogam um princípio muito importante para a prática da Educação

Física, que é o princípio da inclusão, onde: "a inclusão do aluno é o eixo fundamental que norteia a concepção e a ação pedagógica da Educação Física Escolar, considerando todos os aspectos ou elementos, seja na sistematização de conteúdos e objetivos, seja no processo de ensino e aprendizagem, para evitar a exclusão ou alienação na relação com a cultura corporal de movimento" (PCNs, 1998, p. 30).

Para tanto, a Educação Física (EF) não pode ficar indiferente face ao movimento da inclusão, pois, como parte integrante do currículo da escola, esta disciplina pode ser um adjuvante no referido processo.

A EF também pode ser exclusiva devido a cultura desportiva e competitiva (dominante nas propostas curriculares), pois a prática desportiva, quando usada sem uma perspectiva pedagógica, não favorece a cooperação, não valoriza a diferença e gera igualmente sentimentos de satisfação e frustração. Em virtude

disso, muitos alunos com deficiência são dispensados das aulas de EF.

Lemos (2002) cita que "a EF, como disciplina curricular, deverá ter como princípio norteador aceitar as diferenças na aprendizagem e abandonar as idéias de homogeneidade e de exclusão dos menos aptos".

A aula de EF deve ser um exercício para a nova sociedade, sem discriminação, e com atitudes de solidariedade, respeito e aceitação, na qual não haverá lugar para o preconceito e a exclusão (SOLER, 2002, p.21-22).



De acordo com os PCNs a EF deve tornar inclusivos os seus objetivos, conteúdos, processo de ensino e aprendizado e avaliação, e não seletivos, resultante da valorização exacerbada do desempenho e da eficiência.

A EF é um direito de todos e nós professores podemos contribuir com a inclusão. A Educação Física pode contribuir para e no processo de desenvolvimento motor da pessoa com deficiência, à medida que estruture um ambiente que proporcione vivências motoras capazes de incrementar sua habilidade para solucionar as tarefas apresentadas pelo ambiente físico-social no qual está inserida. Ela lida todo o tempo com as diferenças de seus alunos - quer apresentem ou não necessidades especiais, e esta assertiva impõe que se assuma a heterogeneidade manifesta em seus movimentos corporais. No entanto, tendemos a subestimar as possibilidades de participação desses alunos em nossas aulas. (CRUZ et al., 2003).



Existem várias razões pelas quais a EF tem possibilidades de ser um adjuvante para a construção da educação inclusiva, segundo David Rodrigues. Em primeiro lugar em EF os conteúdos ministrados apresentam um grau de determinação e rigidez menor do que outras disciplinas. O professor de EF dispõe de uma maior liberdade para organizar os conteúdos que pretende que os

alunos vivenciem ou aprendam nas suas aulas. Assim, aparentemente a EF seria uma área curricular mais facilmente inclusiva devido a flexibilidade inerente aos seus conteúdos, o que conduziria a maior facilidade de diferenciação curricular. Em segundo lugar, os professores de EF são vistos como profissionais que desenvolvem atitudes mais positivas face aos alunos que os professores de outras áreas, devido a levantarem menos problemas e encontrarem soluções mais facilmente para casos difíceis.

No que se refere a EF escolar, é necessário que uma ampla variedade de atividades (alternativas) sejam oferecidas aos alunos para que se efetive a inclusão.

Lemos (2002), cita em seu artigo "O Princípio da Inclusão: um elemento da metodologia das aulas de Educação Física", que atividades de salto em altura podem ser totalmente excludentes se a altura da corda ou sarrafo estiver padronizada (a 0,80 centímetros de altura, por exemplo), ao passo que se o mesmo estiver inclinado (0,80 centímetros em uma ponta e 0,20 de altura em outra) irá possibilitar que todos os alunos sejam incluídos, que todos participem da atividade proposta, proporcionando situações de sucesso.

A Educação Física tem muito a oferecer às pessoas portadoras de diversos tipos de deficiência, nas mais variadas formas de atividade. Seguramente, é capaz de promover a integração social do deficiente, provocando o seu interesse pelo esporte e por atividades físicas.



O Polybat como atividade inclusiva

O Polybat, ou tênis de mesa lateral como também é conhecido, é uma nova prática esportiva e foi criado na Inglaterra em meados dos anos 80. A atividade surgiu como uma alternativa recreativa para aqueles que não possuíam o perfil da bocha e não conseguiam praticar o tênis de mesa convencional.

O jogo é realizado em uma mesa de 1,2m x 2,4m, com proteção em todo o comprimento de suas laterais para que a bola não saia pelo lado, possuindo uma altura até 10cm. A mesa ainda deverá possuir altura suficiente para que uma cadeira de rodas possua fácil acesso.

A bola utilizada é a plástica de golf, tipo airflow. A raquete deve possuir uma área de batida de 180cm quadrados e um comprimento máximo de 30cm.



O jogo é disputado em 11 pontos (jogo curto) ou 21 pontos (jogo longo), onde cada jogador saca 5 vezes em série alternada. A raquete deve manter contato com a mesa (ela é arrastada) e a bolinha deve ser lançada sempre nas bordas laterais. Ganha quem atingir 11 pontos

primeiro e caso o jogo empate em 10 a 10 ou 20 a 20, quem fizer o 11o ou o 21o ponto vencerá. Não ocorre a vantagem, desta forma toda a bola ou infração resulta em ponto. Não existe também o pedido de tempo.

O jogo pode também ser disputado em duplas, a divisão é por classe e não por

sexo. Desta forma homens e mulheres participam juntos. Portanto, o Polybat como atividade inclusiva permite que qualquer pessoa, possuindo as mais variadas deficiências e idade pratique. É um jogo simples, com regras fáceis, dinâmico, divertido, que possibilita ao participante uma vivência motora, cognitiva, recreativa e social.

Atualmente, no Brasil, pouco se sabe sobre o assunto. As referências bibliográficas são escassas, quase inexistentes. Percebe-se uma mobilização das associações de desporto para deficientes em termos de divulgação do esporte, o que vem rendendo formação de equipes de Polybat em escolas especiais, programas universitários, núcleos de atendimento ao portador de deficiência, entre outros, sendo de suma importância para a inclusão dessa clientela na prática da EF e do esporte.

Considerações finais

Mesmo que as crianças com deficiência tenham limitações "evidentes", consideramos que as suas necessidades e o desejo de participar das aulas de Educação Física ou de atividades recreativas em geral são idênticos ao de qualquer criança.

Os alunos portadores de deficiência física com ou sem deficiência mental associada participam das aulas de Educação Física, mas muitos não são inclusos adequadamente nas atividades propostas, ou seja, não saem satisfeitos das aulas devido a falta de adaptação das atividades.

É somente a partir do desejo e do prazer do movimento que a criança poderá progredir rumo a novas conquistas e novos investimentos do espaço, a despeito de seus limites.

O jogo de Polybat pode satisfazer o desejo do aluno portador de deficiência, pois é um momento onde estará realizando uma atividade adaptada, com atenção e dedicação exclusiva do professor de Educação Física, não oferecendo risco nenhum à sua estrutura física e melhorando de forma significativa sua auto-estima, coordenação, mobilidade e atenção.

O Polybat também tem função recreativa e qualquer aluno pode praticar, como por exemplo: paralisados cerebrais, pessoas que tiveram acidente vascular encefálico (derrame), distrofia muscular, mielomeningocele, lesão medular, enfim não se restringe quanto ao comprometimento motor, basta que o praticante tenha a possibilidade de segurar



a raquete e movimento de membros superiores. Entre as vantagens da atividade estão o aumento de concentração e o desenvolvimento da coordenação motora dos jogadores.

Uma série de benefícios derivados da participação no Polybat, que têm sido

observados por enquanto, incluem: "participação" em um nível motor básico em uma atividade dinâmico perceptiva, desenvolvimento da capacidade de atenção e focalização aumentada, melhora na habilidade após um período de tempo por causa da repetitiva natureza da atividade, melhora de postura, controle de coordenação motora e membros, em situações de competição os jogadores aprendem a responder as dinâmicas situações em que é necessário se tomar decisões. (WILLIAMSON, [entre 1985 e 1995]).

A prática esportiva para o portador de necessidades especiais (PNE) estimula o convívio social, estimula a iniciativa mental, evita o tédio pela falta de movimento, conduz a descoberta de suas próprias possibilidades, possibilitando aos mesmos uma melhora da qualidade motora e maior independência nas atividades de vida diária (AVDs).

A divulgação dessa atividade recreativa e esportiva é de grande relevância para as pessoas com deficiência física e para os professores que procuram não privar seus alunos do direito à participar das aulas de Educação Física.

Referências bibliográficas

- Associação de Deficientes Físicos do Paraná (ADFP). *Apostila sobre Bocha e Polybat*. Curitiba, Paraná. [s.d.].
- ADAMS, R.; DANIEL, A.; Mc CUBBIN, J. *Jogos, Esportes e Exercícios para o Deficiente Físico*. Trad. Ângela Marx. 3.ed. São Paulo: Manole, 1985.
- BRASIL: *Parâmetros Curriculares Nacionais/ Secretaria de Educação fundamental*. Brasília: MEC SEF, 1998.
- CRUZ, G. de C.; RAZENTE, D. M. R.; MANGABEIRA, E. M. C.. Considerações de Professores de Educação Física sobre o Atendimento de Alunos de Classes Especiais Inseridos em Ambientes Educacionais Sob a Perspectiva da Inclusão. *Revista Brasileira de Educação Especial*. São Paulo: Marília. V. 9, n. 2. Jul-Dez 2003. p. 211-226.
- LEMOS, E. F. O Princípio da Inclusão: um elemento da metodologia das aulas de Educação Física. *Revista Interação*. Ano 14, Edição Especial. Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, 2002. p. 14-22.
- RODRIGUES, D. *A educação Física perante a Educação Inclusiva: reflexões conceituais e metodológicas*. (à ser publicado).
- ROSADAS, S. C. de. *Atividade Física Adaptada e Jogos Esportivos para o Deficiente*. Eu posso. Vocês duvidam? Rio de Janeiro / São Paulo: Atheneu, 1989.
- SOLER, R. *Brincando e Aprendendo na Educação Física Especial*. Rio de Janeiro: Sprint, 2002.
- STAINBACK, S.; STAINBACK, W. *Inclusão. Um guia para educadores*. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- WILLIAMSON, D. *Polybat (tênis de mesa com lateral)*. Um esporte em desenvolvimento para jovens e adultos com deficiências severas. Trad. Maria Cobra Melo. Dissertação, Projeto Adaptado da Universidade de Nottingham Trent, Inglaterra, [s.d].

- WINNICK, J. *Educação Física e Esportes Adaptados*. Trad. Fernando Augusto Lopes. 3. ed. São Paulo: Manole, 2004.